

FavelÁfrica: AS RAÍZES DO PRECONCEITO RACIAL CONTRA O NEGRO E SUA APLICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL*

*RIBEIRO, Elaine de Moraes***

O estilo RAP/HIP HOP e o grupo A Família

Primeiramente falaremos um pouco do estilo musical escolhido para expressar essas idéias e sentimentos de exclusão social. O termo RAP significa *rhythm and poetry* (ritmo e poesia) e é um movimento cultural que, no Brasil, influenciado por negros norte-americanos, nasceu nas periferias das cidades onde havia uma grande desigualdade social e preconceito contra os jovens negros.

O RAP tem uma batida rápida e acelerada e a letra vem em forma de discurso, muita informação e pouca melodia, e o MC (mestre-de-cerimônias) é o responsável pela integração entre a mixagem e a letra em forma de poesia e protesto. Geralmente as letras falam das dificuldades da vida dos habitantes de bairros pobres das grandes cidades. As gírias das gangues destes bairros são muito comuns nas letras de música RAP.

O RAP surgiu no Brasil em 1986, na cidade de São Paulo e os primeiros shows eram apresentados no Teatro Mambembe pelo DJ Theo Werneck. Na década de 80, as pessoas não aceitavam esse estilo musical, pois consideravam algo violento e tipicamente de periferia. Já na década de 1990, o RAP ganhou as rádios e a indústria fonográfica começou a dar mais atenção ao estilo. Os primeiros rappers a fazerem sucesso foram Thayde e DJ Hum. Logo a seguir começam a surgir novas caras no rap nacional: Racionais MCs, Pavilhão 9, Detentos do Rap, Câmbio Negro, Xis & Dentinho, Planet Hemp e Gabriel, O Pensador, que são os mais conhecidos pela mídia.

Nos dias atuais, o RAP está incorporado ao cenário musical brasileiro e saiu da periferia para ganhar o grande público. Dezenas de cds de RAP são lançados anualmente e grupos vindos das favelas denunciam as injustiças vividas pelo povo pobre das periferias

* Artigo iniciado durante a disciplina de Prática de Ensino de História do Brasil ministrada pela professora Msc. Daniele Reither no ano de 2009.

** Licenciada em História pela UFGD e acadêmica do curso de bacharelado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Faculdade de Ciências Humanas (FCH).

das grandes cidades e até mesmo das menores como Dourados/MS que é representada pelo grupo *Fase Terminal*¹.

A música escolhida para a análise neste texto é uma introdução do álbum *Cantando com a Alma*, com o título *FavelÁfrica*, do grupo de RAP/ RIP ROP, *A Família*, que nasceu no ano de 2003 no interior de São Paulo, nas cidades de Hortolândia e Sumaré. Seus integrantes são: Crônica Mendes, Demis Preto Realista, Gato Preto e Dj Bira. Este foi o primeiro álbum do grupo lançado em 2004 que emplacou músicas como *Brinquedo Assassino*, *Na Rua Só Até As 10*, *Estresse*, *Muito Amor* e o clássico *Castelo de Madeira*, ganhador do prêmio Hutúz, como melhor música de 2005 e melhor vídeo clipe em 2006 pelo Hip Hop Top. No lançamento do primeiro álbum com 14 faixas em 2004 sob o título *Cantando Com a Alma* que foi produzido em Brasília por Diogo Santos².

As raízes da sociedade colonial e a música FavelÁfrica

Desde os primórdios da colonização do território brasileiro pelos portugueses, principalmente nos séculos XVII e XVIII, a população africana foi utilizada para trabalhar em diversos meios de produção da colônia como, por exemplo, os engenhos no nordeste, a mineração no sudeste, entre outras. O tráfico de escravos negros vindos da África era constante, principalmente os que vinham de Luanda no século XVII.

A sociedade colonial era hierárquica, possuindo uma estrutura composta por brancos, negros, índios e mestiços que se expressavam na categoria de livres, forros, escravos e administrados, sendo que a classe escrava se diferenciava em número desde princípios do século XVIII, pois esse escravo constituiu uma modalidade básica de força de trabalho que foi utilizado em todas as regiões e atividades durante o período colonial, o que levou a formação de comunidades de escravos fugidos de seus senhores: os quilombos. Esta foi a forma mais conhecida de resistência da comunidade negra durante a escravidão, mas não a única (GUIMARÃES, 2000).

Esse tipo de sociedade formada na colônia foi constituída através de um núcleo de poder aristocrático baseado em concepções do Antigo Regime onde o rei reservava o

¹ [Rap no Brasil, Rap nos Estados Unidos, significado da palavra RAP, grupos de Rap, hip-hop e break.](http://www.suapesquisa.com/rap/RAP) Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/rap/RAP>>. Acesso em: 08/11/2009.

²A Família, site oficial. Disponível em: <http://www.afamiliarap.com.br/acasa/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=13> Acesso em 06/11/2009.

privilégio de escolher as pessoas que ocupariam os principais cargos da corte, da guerra e dos governos ultramarinos. Os títulos de nobreza passaram a ser obtidos através de mercês, favores reais em recompensa de serviços prestados ao reino, o que possibilitou formas de exclusão social, o que não foi muito diferente com a classe dos escravos, pois nesta sociedade escravista, um recém-liberto só seria incluso nesta rede adquirindo também escravos (OLIVEIRA, 2009).

Isso comprova a incipiente formação de uma sociedade escravista em que a ascensão inicial se fazia por meio da aquisição da riqueza, renunciando, de certa forma, uma sociedade de classes. Mas uma vez obtida a riqueza, o poder e a preeminência social eram confirmados por uma institucionalização legal garantidora de privilégios estamentais por uma pequena elite que iria se perpetuar além do período colonial (MESGRAVIS, 2000, p. 41).

De acordo com Schwartz (1988), a sociedade colonial não pode ser vista somente por um dualismo entre senhores e escravos, fidalgos e plebeus e católicos e pagãos, mas como um tipo peculiar de sociedade com complexas relações de raça, cor e condição social. A ideologia dominante foi baseada em uma visão de mundo teológica em São Tomás de Aquino, com uma disposição hierárquica medieval, onde as três ordens ou estados tradicionais (clero, nobreza e campesinato) estavam interligados, ou seja, Estado e Igreja eram indissociáveis. Porém, existia uma certa mobilidade e dinâmica nesse meio social por onde as pessoas poderiam ascender socialmente ao comprar títulos nobilitários e ter privilégios garantidos em recompensa aos serviços prestados ao rei. Essa mobilidade social na colônia foi fomentada pelo desenvolvimento do comércio e a emergência do Estado em Portugal, o que possibilitou a inserção de comerciantes, advogados, funcionários régios e outros que conseguissem riquezas, sendo que entre eles poderiam estar os escravos recém-libertos.

No entanto, essa era a minoria da população, pois para ser nobre era preciso não ter se dedicado ao trabalho braçal, ser dono de loja, artesão e ter outras ocupações ditas inferiores. Os nobres deviam viver sem recorrer a tais atividades e assim procuravam rendimentos de aluguéis e cargos públicos, esforçavam-se para manter um padrão de vida aristocrático, o que em geral significava abrigar um grande número de agregados, parentes e criados.

Os camponeses eram a maior parte da população e viviam da agricultura, pecuária e pesca. Os artesãos eram em sua maioria plebeus, mas possuíam suas lojas e

aprendizes, além de ter voz ativa na câmara municipal. Outra categoria importante era a dos comerciantes e dos profissionais da área jurídica que pertenciam ao chamado terceiro estado, mas possuíam capacidades, conhecimentos, perícia ou riqueza que os distinguiam do campesinato e lhes facultavam acesso à nobreza.

A divisão da sociedade estava baseada em categorias funcionais e ordens jurídicas, também com distinção entre cristãos-velhos e novos desde a conversão forçada pelos portugueses em 1497, pois os descendentes de cristãos-novos encontravam-se em muitas desvantagens até o século XVIII. “(...) A ilegitimidade e a ortodoxia religiosa da família relacionavam-se ao conceito de pureza de sangue (...)” (SCHWARTZ, 1988, p. 211). Isto acarretou em dificuldades na herança de nomes e de propriedades e na capacidade de ascender socialmente por meio de ingresso na carreira de armas ou cargos públicos.

Os índios (gentios) e os negros eram outra categoria distinta nessa sociedade e tornaram-se os substitutos do campesinato, o que permitiu a reorganização de categorias tradicionais, pois o fato de ter vários índios ou negros escravizados fazia com que um senhor pudesse viver nobremente, ou seja, sem fazer trabalho braçal, “contudo, o fato de serem os aborígenes e, mais tarde, os africanos diferentes étnica, religiosa e fenotipicamente dos europeus criou oportunidades para novas distinções e hierarquias baseadas na cultura e na cor” (SCHWARTZ, 1988, p. 211). Porém, o nível de classificação nessa distinção social não se resumia apenas ao sistema colonial brasileiro, pois o que diferenciou Portugal e Brasil foi a preponderância que caracterizou a população de cor em contraste com sua posição minoritária na metrópole.

A hierarquia social baseada na raça se intensificou em toda a extensão do território do novo mundo e designações eram dadas aos cidadãos como mulato, cabra (mestiço de índio e negro), pardo (mulato mais claro) e preto. As pessoas de cor contavam com duas marcas de desvantagem: Primeiro, sua cor indicava claramente ascendência africana e, portanto, condição social inferior, presumivelmente a de escravo em alguma época anterior. Segundo, havia uma insinuação de ilegitimidade na existência de uma pessoa mestiça, pois supunha-se que o homem branco normalmente não se casava com mulheres de condição racial inferior (SCHWARTZ, 1988).

Havia também, preconceitos quanto a condição moral dos mestiços que eram taxados como matreiros, ambiciosos e indignos de confiança, contudo, essas inclinações não impediram que a população parda crescesse e tornara-se parcela importante das categorias dos artesãos, trabalhadores assalariados e pequenos agricultores. As pessoas de cor livres formavam um grupo heterogêneo com elementos de várias origens, locais de nascimento, habilidades, graus de aculturação e cores, havia pouco em comum que os unia, exceto a cor. Esses indivíduos criaram novas categorias sociais que se ajustaram à hierarquia social, era “um sistema que combinava definições e graduações sociais baseadas em estado, função, identidade corporativa, religião, cultura e cor” (SCHWARTZ, 1988, p. 213).

Na música abordada neste texto, *FavelÁfrica*, do grupo *A Família*, é retratada a situação do negro no desenrolar de um longo processo histórico e o preconceito sofrido pelo mesmo até os dias atuais. De acordo com Gessa (2007), o RAP tem se firmado como um discurso (lírico e musical) afirmativo, reflexivo e de uma grande força argumentativa que se presta a, pelo menos, três propósitos: promover a valorização de pessoas de ascendência negra, denunciar à sociedade as situações de exclusão econômica, educacional e racial vividas por essas pessoas e incentivar, bem como, atuar na luta por direitos negados no Brasil às pessoas de raça negra.

Ao assumir para si compromissos com a realidade social de brasileiros economicamente desfavorecidos e afro-descendentes, o RAP exemplifica como, em uma sociedade marcada por conflitos, a constituição da subjetividade lírica é atingida pela opressão. Agora, num mundo sem deuses, o homem é responsável por seu próprio destino e por cada um de seus atos. A fim de buscar uma solução para compreender a realidade e de atuar sobre ela. E um de seus instrumentos, é a poesia. Pode-se dizer que o discurso poético, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta também, a preocupação com o real. A poesia não é, pois, o avesso do real, mas outra forma de captá-lo (GESSA, 2007, p. 169).

Devido ao fato da música ser muito extensa, abordar diversos tópicos, colocaremos apenas algumas partes que tratam do assunto referente ao período colonial. Porém, este tema tão vasto e instigador, exigiria um trabalho maior e mais detalhado.

O primeiro trecho da música retrata o tráfico de escravos como uma forma de exploração coercitiva pelos lusitanos:

Certa noite, ouvi gritos, estridente e dolorosos/os gritos eram de tamanha dor e tortura / Que eu me aproximei/ Daquela triste e bela mulher negra/e perguntei o que havia/ Ela cheia de dor mágoa e tristeza/ Respondia: Lá vem ele, lá vem ele, lá vem ele, lá vem ele/ Não compreendendo eu perguntei ele quem?Ele quem?/Melancolicamente ela Abradava/ O insano genocida, carrasco, afanador de vidas /vai levar meus filhos inocentes por esses mares em tristes correntes/ castigo, sangue, porões, pelourinho, chibata, grilhões /Filho do ódio parasita e hospedeiro/ filho do mal, chakal, condutor do pesadelo /Lá vem ele, lá vem ele, lá vem ele, lá vem ele /E ainda sem compreender novamente perguntei/ Mas ele quem? Ele quem? Ele quem? Ele quem?/A mãe África arduamente, incansavelmente respondia/ O chakal carniceiro abutre bandido do estrangeiro/ Destruindo nossos filhos simplesmente por dinheiro/ Ele é! O NAVIO NEGREIRO (Trecho da música FaveÁfrica do grupo de RAP A Família).

O navio negreiro é caracterizado como algo monstruoso e representante dos colonizadores que desenvolveram os primórdios de uma economia capitalista através da escravização dos africanos. As palavras “parasita” e “hospedeiro” nos fazem refletir que sem a escravização e exploração desses indivíduos, os detentores do poder não desenvolveriam uma acumulação primitiva de capitais para serem a elite que domina até os dias atuais.

O próximo trecho da música remete a atos de tortura cometidos pelos senhores de engenho, o Estado e a Igreja. Em nossa história colonial são conhecidas as torturas infligidas aos escravos, índios e negros, que não eram considerados humanos, e aos “perigosos” de todos os tipos, como aqueles perseguidos pela Inquisição, e os que praticaram crimes de “lesa majestade”, ou seja, contra a Coroa Portuguesa (COIMBRA, 2001).

Outro fato importante que será abordado no próximo trecho é a relação da periferia com a polícia, pois a maioria dos grupos de RAP mostram a imagem de uma polícia opressora, preconceituosa e violenta, que agride antes de fazer perguntas, e que neste trecho é comparada ao capitão- do- mato, que capturava negros escravos fugitivos:

Reflico e sinto pena, daquela preta ingênua/ Que aceita ser chamada, de mulata ou morena/ Valéria, Valença, valei-me meu grande Deus, de tanta inconsciência porque ela se esqueceu/ do tapa na cara, a dor da chibata, O tronco a senzala, Na boca a mordassa da preta Anastácia, Chefe Ganga Zumba, Zumbi e Dandara/ O racismo não passa, é tudo fachada, É jogada armada, É tapa na cara, da nossa raça/ O corpo na vala, a rota que passa, polícia que mata, Mais um preto arrasta, o capitão lá da mata, Do branco a risada, racista piada, É mesmo uma praga, Pra mim isso basta, tô pegando minhas facas, Minha língua é navalha, palavra que rasga, E fogo que se alastra, deflagra e conflagra, Mas não quero só fala, eu parto para prática (Trecho da música FaveÁfrica do grupo de RAP A Família).

As torturas cometidas contra os escravos eram práticas constantes que possuíam também o apoio do clero como está destacado no trecho seguinte:

Olha lá no templo o irmão desiludido, Louco, muito louco por um pouco de alívio/ Sacaram de uma sacola era esmola era o dízimo, Fogueira fumaça carvão, força, fogo a inquisição, Católica religião, demagogia e preconceito, Eu vejo o desrespeito, simplesmente eu não aceito/ Miscigenação forçada, mãe África estuprada, Nunca descobridores, invasores, só canalhas /Torturaram minhas raízes e nos deram as marquises, Agora surgi o revide, o Gato Preto lhe agride/ O guerreiro vai atacar, yalorixá yoruba, Keto e nação banto, nago povo africano/ Nos roubaram a riqueza, a beleza a nobreza/ A terra a natureza, desimaram a realeza/ Arquitetura, estrutura, medicina e cultura/ Diamantes agricultura, e todo poder de cura/ Na minha religião, a inquisição e a tortura/ O ataque, o massacre, o abate os combates/As brigas, as intrigas na Serra da barriga/ Negros combatentes, lusitanos covardes/ A trincheira tá armada a arena e palmares/ Católica covarde, com o apoio do padre/ Resultado do pecado, esticado lá na esquina /Pro negro é só chacina, nos roubaram a auto estima /Ter cabelo crespo, é vergonha pra menina /Só somos lembrados, no pesado ou na faxina/ LUTHER KING, ZUMBI, MARIGHELA, Malcon X, E NELSON MANDELA/ O POVO PRETO AVANTE NA GUERRA/ SABOTAGE E JR ABUJAMAL E DONISETE/Eu quero a parte que nos cabe, eu quero a parte que nos cabe/ eu quero a parte que nos cabe e o reparo dos massacres. (Trecho da música *FaveÁfrica* do grupo de RAP *A Família*).

O racismo tem raízes coloniais e religiosas, pois a Igreja Católica incentivava essas práticas na justificativa de espalhar o cristianismo e evangelizar o resto do mundo através do ideal de Cruzada Religiosa da Idade Média feita pelas Ordens Militares e Religiosas. O negro foi assossiado ao árabe “infiél” que ocupou a Península Ibérica durante vários séculos e que Portugal expulsou de seu território (RIBEIRO, 2009).³

Neste contexto, Igreja e Coroa Portuguesa estreitavam suas relações, unindo forças na conquista das riquezas e das almas além-mar. Isso porque, a colonização e evangelização faziam parte de um grande empreendimento, no qual a cruz e a espada configuravam-se como elementos indissociáveis na conquista da América. Dessa forma, a Igreja surge como principal legitimadora das ações das Coroas Ibéricas, incluindo a escravização dos africanos. De acordo com Costa (2008):

Semelhantes argumentos podem ser encontrados em Venâncio Willeke, em artigo intitulado “Senzalas de Conventos”. Willeke buscou analisar a relação entre os membros da Igreja e a escravidão desde a chegada dos primeiros clérigos até o processo de emancipação. Este autor não deixa de apontar os “abusos” cometidos

³ Informação extraída do meu Trabalho final de Iniciação Científica apresentado no Encontro de Iniciação Científica (ENIC) sob o título: A Ordem de Cristo em Portugal no período do interregno e a sua atuação na expansão marítima portuguesa. A citação está completa nas referências bibliográficas.

pelos clérigos desde os primeiros tempos coloniais, mas, ao mesmo tempo, procura demonstrar que os escravos dos conventos não sofreram os excessos de trabalho impostos como outros senhores.

Willeke conclui que o emprego de escravos nos conventos foi uma consequência da situação brasileira do século XVI, na qual as várias ordens religiosas que aqui se instalaram, adotaram a mão-de-obra escrava em suas propriedades (COSTA, 2008, p.03).

Portanto, a demagogia e o preconceito racial foram legitimados por preceitos religiosos da Igreja Católica, que tentou dizimar outras crenças através da Inquisição. Isso ainda está no inconsciente de muitas pessoas ao discriminar dogmas de origem africana como a Umbanda e o Candomblé até mesmo no ambiente escolar.

O uso da música FavelÁfrica no Ensino de História

Essa discussão pode ser levada para as salas de aula de Ensino Fundamental e Médio através do conteúdo a ser estudado no livro didático, principalmente nos estudos de História do Brasil Colonial e a escravidão abordados na 6ª série do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio.

Analisaremos então, um capítulo de um livro didático do Ensino Médio⁴ e tentaremos aplicar esta música no Ensino de Escravidão no Brasil Colonial e propor uma atividade para colocar no livro e ser executada na sala de aula.

Iremos trabalhar especificamente com o livro didático *História do Mundo Ocidental* de Antônio Pedro; Lizânias de Souza Lima e Yone de Carvalho, volume único, 2005, no capítulo 16 intitulado *Portugal e Brasil nos séculos XVII e XVIII: Contradições e conflitos*.

Neste capítulo do livro, a situação do negro no sistema colonial é pouco tratada colocando o escravo apenas como mão-de-obra concentrada na Bahia e Pernambuco do século XVII. De acordo com Costa (2009), alguns livros didáticos abordam o tema de maneira eurocêntrica:

Essas análises inserem a escravidão num contexto mais abrangente, apresentando o escravo como uma simples peça da engrenagem: o escravo passivo e massacrado pelo sistema, reduzindo assim a escravidão a um insignificante aspecto do sistema colonial a serviço do capitalismo internacional, produzindo conceituações teóricas generalizantes. Nesta visão, aparece a imagem do escravo como *objeto* ou *mercadoria*,

⁴ Escolhemos somente o livro do Ensino Médio devido a música ser complexa para usar no Ensino Fundamental.

o escravo tratado como simples *peça* imóvel e passiva. Títulos de capítulos tais como “Escravo do nascimento à morte” ou “Escravidão: sofrimento que produz riqueza” são comuns nos livros de história analisados (COSTA, 2009).

Há um subitem no livro didático de uma página e meia denominado: O Quilombo dos Palmares: A rebelião dos escravos que trata da organização socioeconômica e política dentro do Quilombo do Palmares no século XVII que é esclarecida no seguinte trecho:

Politicamente, os quilombolas organizavam-se num tipo de “Estado” baseado na comunidade tribal. Elegiam um “rei”, cujo pré-requisito era a coragem e a capacidade de liderança. O primeiro “rei” foi o famoso Ganga-Zumba, que, ao morrer, foi substituído por outro, não menos famoso, Zumbi (PEDRO; LIMA e CARVALHO, 2005, p. 213).

Nesta informação do livro didático, a música *FaveÁfrica* pode ser trabalhada, pois há um trecho nela onde é falado sobre os líderes e mártires negros. Nesse contexto pode-se explicar outras atividades econômicas que sustentavam os engenhos dominados pelos holandeses e a atuação da Companhia de Jesus que atuou no sistema educacional e de dominação religiosa nos séculos XVII e XVIII e plantou raízes que ainda afloram nos dias atuais:

chegada e instalação das primeiras ordens religiosas, no século XVI, período do qual cabe destacar os propósitos dos jesuítas, de ensinar aos pequenos índios tanto as primeiras letras e o Evangelho como rudimentos do ensino profissional; b) instalação das ordens, no século XVII, principalmente da Companhia de Jesus que resultou na construção dos primeiros colégios e na consolidação de um modelo educacional; c) instalação de missões, cujo intuito, além da propagação da fé, era o de garantir a posse da terra conquistada; d) o século XVIII, que testemunhou o apogeu da organização dos jesuítas no início do século, suas vicissitudes, sua expulsão no último quartel e, depois, a implantação de um novo modelo cultural, que sobreviveu até o início do século XIX (CASIMIRO, 2007, p. 87).

As formas de resistência negra também podem ser abordadas em sala de aula com uma atividade de leitura, audição e interpretação da música *FavelÁfrica*. Sugere-se que os alunos tragam outras músicas de diversos estilos que tratem da temática para aguçar as suas interpretações de fatos históricos em diferentes estilos de música.

Referências

A Família, site oficial. Disponível em:

http://www.afamiliarap.com.br/acasa/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=13 Acesso em 06/11/2009).

AGUIAR, Taygoara. **PROJETO REVER**, Salvador/2008. <http://www.designuneb.com/nbahia2009/artigorever_taygoara.pdf>. Acesso em: 08/11/2009.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *IGREJA, EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL*. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Práticas psi e Tortura no Brasil**. Publicado em: 28/05/2001. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigos.asp?Refresh=2009102905245535443413&Codartigo=45&ecg=1>>. Acesso em: 08/11/2009.

COSTA, Robson Pedrosa. **As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil**. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_15/robson_st15.pdf>. Acesso em: 08/11/2009.

COSTA, Warley da. **Imagens da escravidão no livro didático**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO - Programa de Pós-graduação: Mestrado em Educação. Disp.em:<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/ana_cristina_st_1.pdf>. Acesso em: 25/11/2009.

GESSA, Marília. Por uma poética do RAP. **Revista Língua, Literatura e Ensino**, Maio/2007, vol. II. p. 167-173.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravismo e Rebelia Escrava: Quilombos nas Minas Gerais do século XVII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org). **Brasil: Colonização e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MESGRAVIS, Laima. A historiografia brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos César de (Org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo. A Monarquia Portuguesa e as metamorfoses do império na primeira metade do século XVIII. Memória, História e Historiografia. **Fronteiras: Revista de História**. v. 11, n. 20 (jul./dez. 2009). Dourados – MS: UFGD, 2009. pp. 95- 122.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza e CARVALHO, Yvone de. **História do Mundo Ocidental**. São Paulo: FTD, 2005.

RIBEIRO, Elaine de Moraes. A Ordem e Cristo em Portugal no período do interregno e a sua atuação na expansão marítima portuguesa. In: **3º Encontro de Extensão, 3º Encontro**

de Iniciação Científica e 2º Encontro de Pós-Graduação, 2009, Dourados - MS. 3º Encontro de Extensão, 3º Encontro de Iniciação Científica e 2º Encontro de Pós-Graduação. Dourados - MS : UFGD, 2009.

Rap no Brasil, Rap nos Estados Unidos, significado da palavra RAP, grupos de Rap, hip-hop e break. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/rap/RAP>>. Acesso em: 08/11/2009).

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.